



# PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 1º de agosto de 2007

Ano 1 - número 16

## Seguridade debaterá promoção integral na área de Saúde

A Comissão de Seguridade Social e Família e a Frente Parlamentar da Saúde promoverão, nos dias 14 e 15 de agosto, o II Fórum de Promoção Integral na Área de Saúde. O evento contará com o apoio do Fórum dos Conselhos Federais na Área de Saúde.

Segundo o autor do requerimento, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), o objetivo é reunir profissionais de saúde, usuários, representantes de classe, docentes, discente, pesquisadores, gestores e todos os



Rafael Guerra

interessados em participar das discussões sobre a emergência de políticas de

confrontamento das questões de saúde da população brasileira. "A programação foi construída na perspectiva de possibilitar, a todos os segmentos da sociedade, propor ações que promovam a saúde, e discutir estratégias para alcançá-las", ressaltou Guerra.

O evento será realizado no auditório Freitas Nobre, anexo IV, da Câmara dos Deputados. As inscrições podem ser feitas gratuitamente no portal da Câmara ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) até o início do fórum.

### PROGRAMAÇÃO

Previsto para começar às 9:30 horas, o fórum será composto por quatro painéis integrados por representantes do Executivo, parlamentares, gestores de saúde, e o coordenador do Fórum dos Conselhos Federais na Área da Saúde.

#### ➔ Dia 14

**10:00 às 12:30 horas**  
"Integralidade nas ações de promoção de saúde sob a ótica do controle social"

**Coordenador:** deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

**14:00 às 17:30 horas**  
"Atenção à saúde nos ciclos de vida: promoção e prevenção"

**Coordenador:** conselheiro do Conselho Federal de Medicina Alceu J.P. Pimentel.

#### ➔ Dia 15

**9:30 às 12:00 horas**  
"Orçamento e Financiamento para as ações de promoção na saúde: desafio para a verdadeira integralidade"

**Coordenadora:** representante da Comissão Científica do Conselho Federal de Enfermagem

**13:30 às 15:45 horas**  
"Formação e Educação Permanente: condição de excelência para integralidade no SUS"

**Coordenadora:** presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, Nelcy Ferreira da Silva.

**15:45 horas** - encerramento

## Programa Caderno das Coisas Importantes

A Comissão vai realizar, no próximo dia 9, audiência pública para discutir o Programa Caderno das Coisas Importantes e a instalação de máquinas dispensadoras de preservativos em escolas.

Publicação destinada a alunos adolescentes de escolas públicas de todo o País, o Caderno traz informações sobre formas de transmissão e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids, além de informações sobre corpo e sexualidade. O debate foi proposto pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

O Programa Caderno das Coisas Importantes é resultado de parceria entre os ministérios da Educação e da Saúde, a Organização das



Eduardo Barbosa

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Destinado a estudantes entre 13 e 19 anos, o Caderno teve uma primeira tiragem de 400 mil exemplares.

Segundo Barbosa, essa é

uma temática que vai de encontro a valores de família. O deputado entende que a saúde pública tem de ter posição definida em relação à educação sexual do jovens. Daí a necessidade de a Comissão conhecer e entender a proposta do governo. "É preciso acompanhar a execução do Programa, e também avaliar se as diretrizes, de fato, são pertinentes àquilo que é dever do Estado em relação ao tema", ressalta o parlamentar.

Serão convidados para a audiência o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Oliveira Pena, e o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, André Luiz Figueiredo Lázaro.

# Seguridade aprova 101 projetos e cobra do governo regulamentação de Emenda 29

Foram 34 reuniões, sendo 15 audiências públicas, além de 8 seminários e 3 reuniões de subcomissões. Aprovados 101 projetos e 66 requerimentos. Para o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), estes números provam que o trabalho realizado pela Comissão, no primeiro semestre de 2007, caracterizou-se por uma grande produção legislativa. “Os integrantes da Comissão - apesar de alguns estarem em seus primeiros mandatos como deputados federais - cumpriram sua missão institucional, discutindo e aprovando propostas relevantes para a sociedade”, ressaltou o presidente.

Mudalen destaca a cri-



Jorge Tadeu Mudalen

ação de três subcomissões permanentes e de três subcomissões especiais. Entre os projetos, o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família resalta a aprovação do Projeto de Lei 7130/06, do deputado Fer-

nando Coruja (PPS-SC), que limita em 6% ao ano a taxa de juros cobrada em empréstimos com desconto em folha para aposentados e pensionistas.

Na avaliação de Mudalen, os integrantes da Comissão chegaram ao final do primeiro semestre de 2007 com o sentimento de terem protagonizado um dos melhores semestres dos últimos cinco anos. “No próximo semestre vamos dar continuidade a este trabalho, aprovando projetos importantes para a sociedade brasileira. Tenho certeza de que os deputados, independentemente de posição ideológica ou partidária, não se furtarão a cumprir a responsabilidade que lhe foi atribuída pelo povo brasileiro”, ressaltou Mudalen.

Coordenador da bancada do Partido dos Trabalhadores na Comissão, o deputado gaúcho Pepe Vargas concorda com a avaliação de Mudalen. “Tivemos um conjunto importante de projetos analisados, requerimentos e várias audiências públicas, que debateram temas importantes”, avalia Vargas.

Ex-ministro da Saúde, o deputado Alcení Guerra (DEM-PR) também faz avaliação positiva do primeiro semestre. Segundo ele, a Comissão avançou bastante, não só na quantidade de propostas aprovadas, mas principalmente na qualidade. “Realizamos belíssimas audiências públicas. Cumprimos o nosso papel como membro da Comissão”, destacou o parlamentar.

## Regulamentação da Emenda 29

Depois de vários anos de discussão, envolvendo governadores, prefeitos, parlamentares e o governo federal, o Congresso aprovou, em 2000, a Emenda Constitucional 29, que obriga União, Estados e Municípios a investirem percentuais mínimos na área da Saúde. Entretanto, ela precisa ser regulamentada. Está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara o Projeto de Lei Complementar 1/03, do ex-deputado Roberto Gouveia, que regula a Emenda 29.

Durante audiência realizada na Comissão em abril deste ano, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que os gastos com Saúde, se compa-

rados com outros países, são pequenos. “O Brasil gasta pouco com saúde pública. Nós não vamos melhorar o sistema de saúde, sem resolver a questão orçamentária”, ressaltou Temporão.

Em encontro realizado em maio, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o ministro Paulo Bernardo afirmou aos presidentes da Comissão de Seguridade Social e Família, Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), e da Frente Parlamentar da Saúde, Rafael Guerra (PSDB-MG), que o governo Lula quer a regulamentação da Emenda 29. Bernardo assumiu o compromisso de ser o interlocutor do governo nas negociações so-

bre a regulamentação.

Parlamentares e especialistas acreditam que, com a regulamentação da Emenda 29, o orçamento da Saúde – que hoje é de R\$ 45,9 bilhões – pode chegar a R\$ 65,4 bilhões. Eles defenderam, em Seminário sobre Saúde e Seguridade Social, realizado em maio, a flexibilização da política econômica do Governo e a aproximação das ações desenvolvidas na Assistência Social, na Previdência e na Saúde.

O deputado Pepe Vargas destacou a urgência da regulamentação da Emenda 29. “Temos a expectativa de que, ainda em agosto, a Comissão e a Frente Parlamentar da Saúde possam retomar a dis-

cussão com o governo, para que, definitivamente, a Emenda 29 seja regulamentada”, ressaltou o deputado.

O deputado Alcení Guerra confessou-se frustrado. “Em determinado momento achei que o governo estava fortemente empenhado na condução da regulamentação da Emenda 29. Tenho a impressão de que o governo minimiza a gravidade do problema da Saúde, no que tange ao financiamento. Nós estamos quebrando um hospital por semana. O Governo Federal, que é quem gerencia o SUS, deveria estar preocupado com o financiamento da Saúde, mas não demonstra essa preocupação”, avaliou.

### EXPEDIENTE

#### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**  
1º Vice-Presidente: **Alcení Guerra (DEM-PR)**  
2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**  
3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PAN-MA)**

Secretário da Comissão: **Wagner Padilha**  
Fones: (61) 3216-6784 - 3216-6785 - 3216-6787  
Produção, Edição e Diagramação:  
Antonio Júnior - (61) 3216-6783

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo II  
Pav. Superior, Ala A, Sala 143  
<http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>  
E\_mail: [cssf@camara.gov.br](mailto:cssf@camara.gov.br)

# Seminários e audiências públicas realizados no primeiro semestre de 2007

## MARÇO

### Políticas sociais do governo

Convidado pela Comissão de Seguridade Social e Família, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, apresentou aos integrantes da Comissão as políticas desenvolvidas pelo Ministério. Ele dis-

cutiu com integrantes da Comissão o programa Bolsa Família e a questão indígena. O ministro disse que o Brasil tem uma dívida muito grande com os índios. "Não é uma dívida de dois anos, mas sim de 505 anos", afirmou Patrus.

### Política Nacional de Medicamentos

Ponto em comum entre os participantes do III Seminário sobre a Política Nacional de Medicamentos foi a urgência no aperfeiçoamento da regulamentação da pesquisa de novos medicamentos no Brasil. Para o

presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), o seminário constatou a necessidade de parcerias entre a indústria, a universidade e o governo, como forma de avançar nas pesquisas.

## ABRIL

### Obesidade infantil

O tratamento da obesidade como problema de saúde pública foi defendido pela nutricionista da Coordenação-geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação, Lorena Chaves. A audiência pública discutiu a obesidade da população, em especial a infantil. Dados fornecidos pela nutricionista apontam que 40% da população brasileira está com excês-

so de peso. Lorena Chaves informou que, nas duas últimas décadas, a obesidade infanto-juvenil cresceu 240%. Entre os fatores que contribuíram para este aumento estão a redução da prática de atividade física; o aumento do tempo dispensado à televisão, ao videogame e ao computador; a violência urbana; e a venda de alimentos inadequados nas cantinas escolares.

## MAIO

### Aposentadoria

Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, pensionistas e Idosos (Cobap), Benedito Marcílio Alves criticou a política de correção dos benefícios da Previdência a aposentados e pensionistas. Alves disse que a Previdência Social deve ser discutida, sobretudo, com responsabilidade social. Ele acusou o Governo de defender a construção de uma nova

Previdência apenas no longo prazo – para netos e bisnetos. Para o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Helmut Schwarzer, é extremamente injusto criar uma conta e passá-la para nossos filhos e netos. A política previdenciária, na avaliação do secretário, deve se pautar por uma justiça intergeracional.

## Doenças específicas dos homens

Os homens são as principais vítimas de doenças crônicas e de problemas de saúde que podem levar à morte. Se comparados às mulheres, os homens procuram tardiamente os serviços de atenção primária de saúde. Estas conclusões fazem parte dos Indicadores e Dados Básicos para a Saúde (IDB) apresentados

no III Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem. De acordo com o IDB, as principais causas de mortes entre os homens são as doenças do aparelho circulatório, neoplasias (tumores) e causas externas, como violência e trânsito - sendo esta, causadora de 80% dos óbitos de homens entre 15 e 59 anos.

## JUNHO

### Medicamentos de alto custo

Integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família reuniram-se para discutir o Programa de Distribuição de Medicamentos de Alto Custo, do Ministério da Saúde. Os deputados observaram que a participação dos Estados e Municípios no financiamento do programa é superior ao estimado pelo Governo Federa-

ral. Outro ponto destacado pelos parlamentares são as medidas judiciais decorrentes da desatualização da lista de medicamentos. Em alguns casos, elas resultam em compras emergenciais, que comprometem 100% da verba destinada a medicamentos excepcionais pelos Estados e Municípios.

### Saúde da Mulher

A Comissão discutiu as perspectivas e os desafios relacionados à saúde da mulher brasileira. Durante a audiência, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que há tempos os movimentos sociais organizados denunciam a vulnerabilidade das mulheres em relação à saúde. Ele reafirmou seu discurso de posse, em que defi-

niu a luta pela redução da mortalidade materna uma das prioridades da sua gestão.

O debate integrou a programação do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna. O evento contou ainda com a presença da ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Nilcéia Freire.

### Aborto

A Comissão realizou a primeira audiência pública desta legislatura para debater o projeto que descriminaliza o aborto provocado pela própria gestante ou com o seu consentimento. Atualmente, a legislação prevê, para esses casos, pena de detenção de um a três anos.

A Comissão vai realizar mais três audiências públicas

sobre o tema. A próxima audiência está prevista para acontecer no dia 29 de agosto, no Plenário 7, às 9:30 horas.

No dia 3 de julho, por decisão do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia, todas as propostas que tramitavam em conjunto com o PL 1135/91 foram desapensadas.





## Principais projetos aprovados pela Comissão

*Primeiro semestre de 2007*

- **Projeto de Lei 4610/98**, do Senado, que disciplina o uso de informações genéticas humanas e impõe penas para a discriminação baseada no código genético da pessoa. Aprovado substitutivo do deputado Dr. Talmir (PV-SP).
- **Projeto de Lei 2292/00**, do Senado, que concede 90 dias de salário-maternidade à segurada dos SUS que adotar criança de até um ano de idade. Aprovado substitutivo do deputado Ribamar Alves (PSB-MA).
- **Projeto de Lei 3341/00**, do ex-deputado Neuton Lima, que exclui os odontólogos da lista dos profissionais habilitados a prescrever esteróides ou peptídeos (substâncias formadas por dois ou mais aminoácidos unidos) anabolizantes. Aprovada emenda do Senado.
- **Projeto de Lei 6329/02**, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que proíbe a utilização de substâncias hormonais, naturais ou sintéticas, na produção de aves e ovos destinados ao consumo humano.
- **Projeto de Lei 6848/02**, do deputado Neuton Lima (PFL-SP), que proíbe a venda e a propaganda de alimentos considerados não saudáveis (como frituras, doces e bebidas calóricas) em escolas de ensino infantil e fundamental, públicas e privadas. Aprovado substitutivo do deputado Pepe Vargas (PT-RS).
- **Projeto de Lei 612/03**, do deputado Ricardo Izar (PTB-SP), que autoriza as farmácias do país a manter serviço de medição da pressão arterial. Aprovado substitutivo da deputada Gorete Pereira (PR-CE).
- **Projeto de Lei 1212/03**, do deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO), que assegura tratamento preferencial aos idosos, portadores de deficiência e gestantes na compra de ingressos e no acesso a eventos culturais, artísticos e desportivos.
- **Projeto de Lei 1871/03**, do ex-deputado Antonio Carlos Biscaia, que disciplina as atividades de profissionalização durante a aplicação de medidas socioeducativas a menores infratores em regime de semiliberdade.
- **Projeto de Lei 2032/03**, do ex-deputado Romel Anízio, que amplia o controle público sobre as entidades beneficentes isentas do pagamento da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aprovado substitutivo do deputado Chico D'Angelo (PT-RJ).
- **Projeto de Lei 4018/04**, do Senado, que pretende combater a prostituição e a exploração sexual no País, principalmente quando relacionadas a crianças e adolescentes. Aprovado substitutivo da deputada Rita Camata (PMDB-ES).
- **Projeto de Lei 4714/04**, da Comissão de Legislação Participativa, que concede direitos à pessoa que presta serviço como jurado.
- **Projeto de Lei 5522/05**, do deputado André de Paula (DEM-PE), que torna obrigatória, para hospitais e maternidades públicos e privados, a oferta às parturientes de medidas para prevenir a transmissão do vírus da Aids aos filhos. Aprovado substitutivo do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG).
- **Projeto de Lei 5686/05**, do deputado Marcondes Gadelha (PTB-PB), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para obrigar os estabelecimentos com empregado portador de deficiência ou com mobilidade reduzida a adotarem controles de frequência compatíveis com a necessidade desse trabalhador.
- **Projeto de Lei 5886/05**, do Senado, que impede o bloqueio prévio de benefícios pagos pela Previdência Social a segurados idosos durante período de recadastramento.
- **Projeto de Lei 6411/05**, do Senado, que exige a prestação de contas trimestral pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Projeto de Lei 6428/05**, do Senado, que aumenta de dois para três anos a pena mínima do crime de subtração de crianças ou adolescentes dos seus pais ou responsáveis legais.
- **Projeto de Lei 6604/06**, do deputado Bernardo Ariston (PMDB-RJ), que proíbe os fabricantes de balas, chocolates, confeitos e refrigerantes de embalar seus produtos em invólucros parecidos com aqueles usados para medicamentos.
- **Projeto de Lei 6802/06**, do Senado, que cria o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua.
- **Projeto de Lei 7130/06**, do deputado Fernando Coruja (PPS-SC), que limita em 6% ao ano a taxa de juros cobrada em empréstimos com desconto em folha para aposentados e pensionistas. Aprovado substitutivo do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP).
- **Projeto de Lei 7467/06**, do deputado Nelson Proença (PPS-RS), que muda as regras da merenda escolar. Aprovado substitutivo do deputado Armando Abílio (PTB-PB).
- **Projeto de Lei 6706/06**, do Senado, que assegura aos alunos com necessidades especiais métodos pedagógicos de comunicação, entre eles Linguagem Brasileira de Sinais (Libras); ensino de língua portuguesa para surdos; tadoma (leitura da fala por meio do tato) e alternativas de comunicação. Aprovado substitutivo do deputado Neilton Mulim (PR-RJ).
- **Projeto de Lei 30/07**, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que garante a toda mulher acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário.
- **Projeto de Lei 44/07**, do deputado Lincoln Portela (PR-MG), que condiciona o recebimento da Bolsa Família à prestação de serviços à comunidade. Pela proposta, pelo menos uma pessoa da família beneficiária deverá se engajar em projetos sociais de voluntariado.
- **Projeto de Lei 45/07**, do deputada Perpétua Almeida (PCdoB-SC), que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer gratuitamente transporte, alimentação e hospedagem aos pacientes cujo tratamento ocorrer em município diferente do de residência.
- **Projeto de Lei 123/07**, do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), que cria novas normas para atendimento em hospitais e centros de saúde, de mulheres vítimas de violência.